

A TERRA DÁ, A TERRA QUER: uma resenha para pensar o direito, a sociedade e a tecnologia desde a terra

Resenha do livro: [SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu, Piseagrama, 2023.]

José Alexandre Ricciardi SBIZERA¹
Faculdades Londrina



¹ Mestre e Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e Professor na Universidade Positivo e Faculdades Londrina – E-mail: jarsbizera@gmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3211-5967>.

Antônio Bispo dos Santos, piauiense, lavrador, formou-se com a sabedoria do Quilombo Saco Curtume. Por ter sido o primeiro de sua família a ser alfabetizado, foi encarregado de traduzir para a escrita a sabedoria oral e ancestral dos seus. Não se considerava um pensador, mas um tradutor de conhecimentos (Santos, 2018). Atuou na Coordenação das Comunidades Quilombolas do seu estado e na Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. Nêgo Bispo, como era conhecido, faleceu em dezembro de 2023.

Foi autor de textos, poemas e ensaios. Seu primeiro livro foi “Colonização, Quilombos: modos e significações”, publicado pela Universidade de Brasília. Lá, foi professor convidado do Encontro de Saberes; e na Federal de Minas Gerais lecionou no curso de Formação Transversal em Saberes Tradicionais. Seu ser, sua experiência e seu dizer tinham por lastro uma cosmovisão contracolonizadora, que contundentemente aparece no corpo do texto ora resenhado.

“A terra dá, a terra quer” foi o último livro escrito e publicado por Nêgo Bispo, em 2023. Construído de maneira crítica, poética e sensível, é composto por seis capítulos. Foi editado pela editora Ubu e pela revista Piseagrama; e conta com texto de orelha de Malcom Ferdinand, com belíssimas figuras produzidas pelo artista Santídio Pereira e é encerrado com poema de Daniel Brasil.

O texto “Semear palavras” inicia a obra a partir de um pequeno relato pessoal do autor e sua atenção e interação simbiótica à natureza como forma de elaborar o mote da sua primeira crítica: a identificação entre os atos de adestrar e colonizar. Segundo Bispo, adestradores e colonizadores desterritorializam, quebram identidades, retiram cosmologias, distanciam seus alvos de seus aspectos sagrados e impõe-lhes novos modos de vida e novos nomes. Para ele, as pessoas são adestradas e colonizadas para que não tenham um imaginário, para que não consigam fazer sua autogestão, “pessoas que não aprenderam a fazer nada nem aprenderam a extrair do que está feito” (Santos, 2023, p. 12).

Sobre a imposição de novos nomes por parte dos adestradores ou colonizadores, comenta que este processo é “uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta” (Santos, 2023, p. 12); e conforme considera, as denominações, na academia, são chamadas de conceitos. De outro modo, para contrariar as denominações coloniais, resolve denominar também, afirmando uma “guerra de denominações”, ou “o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las” (Santos, 2023, p. 13). Neste sentido, ilustra, se o inimigo diz desenvolvimento, propõe o uso da palavra envolvimento;

A TERRA DÁ, A TERRA QUER

contra o desenvolvimento sustentável, apresenta o conceito de biointeração; contra a coincidência, a confluência; no lugar do saber sintético, o saber orgânico; em vez de transporte, transfluência; compartilhamento ao invés de dinheiro; e contracolonização contra a colonização. Trata-se de falar a mesma língua que o inimigo, sem que este entenda.

O segundo texto, “Cidades e cosmofofia”, Bispo direciona sua crítica, em sobrevoo, mas ácida e certa, a diversos temas, correlacionando-os: cidades, monoteísmo, capitalismo, teatro, cultura, a noção de utilidade, a produção e lida com o lixo, a ideia usual de sociedade, o humano – por ele chamado de eurocristão monoteísta –, humanismo, globalização. Sobre as cidades, comenta que é um território artificializado em que os seres humanos excluíram todas as possibilidades de outras vidas e que se estas vidas porventura nela existam, é graças à força do orgânico, e não porque os humanos queiram; aponta que os humanos matam até o que não se vê: “para andar descalço, é preciso desinfetar o chão: a cerâmica foi criada porque os humanos não podem pisar a terra” (Santos, 2023, p. 18). Por conta deste afastamento da terra e da natureza, os humanos não se consideram nem se sentem como entes do ser animal, orgânico.

Sobre a cultura colonialista, comenta ser algo padronizado, mercantilizado: “os colonialistas dizem que não temos cultura quando não nos comportamos do jeito deles” (Santos, 2023, p. 23). Desde sua perspectiva contracolonial, sobre a noção de utilidade a substitui pela ideia de necessidade: “para nós, a pessoa que é importante não é quase nada. O termo que tem valor para nós é necessário. Há pessoas que são necessárias e há pessoas que são importantes”, afirma Bispo, explicando que “as pessoas que são importantes acham que as outras pessoas existem para servi-las. As pessoas necessárias são diferentes, são pessoas que fazem falta” (Santos, 2023, p. 24).

A sociedade, para Bispo, é algo que se faz com iguais, enquanto a comunidade é algo composto por diversos, “nós somos os diversos, os cosmológicos, os naturais, os orgânicos. Não somos humanistas, os humanistas são as pessoas que transformaram a natureza em dinheiro” (Santos, 2023, p. 29). E estes humanistas, conforme elabora, querem convencer de que a globalização é algo dotado de ampla convivência, quando de fato não é: “Em vez de compreender o globo de forma diversal, como vários ecossistemas, vários idiomas, várias espécies e vários reinos, [...] quando eles falam em globalizar, estão dizendo unificar. Estão dizendo moeda única, língua única, mentes poucas” (Santos, 2023, p. 31).

No texto “Somos compartilhantes”, Antônio Bispo dos Santos questiona os elementos e contextos de utilização da palavra troca na sociedade, enfatizando o ganho qualitativo do uso

A TERRA DÁ, A TERRA QUER

dos termos confluência ou compartilhamento. Para tanto, diz dos compartilhamentos de afetos, das relações humanas entre comunidades distintas; da confluência entre plantas, animais, biomas; gerações e trabalhos; festas e danças; sonhos e imaginários; territórios e confusões; tecnologias, produções, patentes e piratarias.

O quarto texto começa com um provocativo questionamento sobre o uso dos espaços de locomoção, o livre trânsito de seres e interdições colonialistas; e a isso Bispo relaciona o contracolonialismo. Em “Arquitetura e contracolonialismo”, Bispo fala da importância do quintal para os quilombos e da laje para as favelas; “para nós, a moradia é o lugar onde vamos passar a maior parte das nossas vidas. A casa tem que ser uma parte dos nossos corpos, temos que suar naquele material, temos que sentir nosso cheiro em nossa casa”; no entanto, considera que a arquitetura colonialista é uma arquitetura sintética que não permite isso: “as pessoas precisam fazer casas com as paredes lisinhas, lineares e planas. Ela elimina a arte, pois é um saber mecanizado, não é artesanal, não tem vida” (Santos, 2023, p. 61-62).

Crítica, ainda, as cidades e seus maus usos arquitetônicos, seus terrenos pequenos e seus prédios altos; enfatiza a disposição espacial de uma casa e de suas importantes relações vivenciais: “a arquitetura é pensada também em função da comida. A comida organiza a festa, organiza a recepção, tudo se organiza em torno da comida. Quando fazemos arquitetura, pensamos na comida e na festa, nas formas compartilhadas de vida” (Santos, 2023, p. 64); informa sobre a disposição das construções num quilombo e suas interações com fenômenos naturais, sobre a distância das construções para fins de segurança, cuidado e atendimentos recíprocos.

De maneira provocativa, desafia o povo dos condomínios fechados a viverem apenas com o que está nos seus terrenos, “sem precisar de nada de fora”, afirmando que da mesma maneira os quilombolas viverão apenas com o que está nos quilombos. “O povo dos Alphavilles diz que somos pobres e eles é que têm recursos, mas quem será que vai ter condições de viver por mais tempo, nós ou o povo dos Alphavilles?” (Santos, 2023, p. 67). No mesmo sentido, tematiza nestes e em outros espaços a violência e a segurança, a riqueza e a pobreza, contrariando de maneira perspicaz as noções vulgares sobre estes assuntos, direcionando, ao fim, críticas aos ministérios do desenvolvimento agrário e ao próprio Estado:

Na prática, não há grande diferença entre gestões de esquerda e de direita. O Estado é um ambiente colonialista. Um ambiente colonialista e abstrato. Não existe governo bom para Estado ruim. [...] Qualquer governo que governar este Estado será um

governo colonialista. [...] Ser colonialista é como ser adestrador de bois. [...] É preciso contracolonizar a estrutura organizativa (Santos, 2023, p. 74).

Em “Colonialismo de submissão”, Antônio Bispo define esta expressão como uma espécie de colonialismo em que o colonialista se submete a outros colonialistas, “da mesma forma que outros colonialistas brasileiros são submissos aos colonialistas dos países do Norte”. Para tanto, ilustra com a situação em que morava, no campo, com o que produziam, e suas relações com a cidade mais próxima, dependente das produções do campo; enfatizando que com estas confluências produziam o suficiente para alimentar a todos. Contra isso, relata da chegada do agronegócio à região e os problemas por isso engendrados; fala de racismos para além daquele ocorrido na espécie humana e da drástica redução de variedades de plantas e animais, “o racismo acontece contra todas as vidas”, afirma Bispo (2023, p. 82); aponta que “nem o Ibama nem os ambientalistas discutem isso” (ibid., p. 83); que “as relações orgânicas são desrespeitadas” (ibid., p. 85); alerta que “esse é um debate necessário, que as universidades não têm coragem de enfrentar” (ibid., p. 86); e conclui que “a responsabilidade é da monocultura química que tira o alimento das outras vidas” (ibid., p. 86).

No último texto, “Criar solto, plantar cercado”, Bispo traça uma crítica contundente às produções convencionais, de monocultura e impregnadas de agrotóxicos, colonizadas e utilizadas pelo agronegócio brasileiro, o qual tem por trás as ciências agrárias, também colonizadas. Compara a estas formas ditas convencionais as formas tradicionais e ancestrais de agricultura e produção alimentar das comunidades, com ciclos, espécies e culturas diversas. Fala da modificação dos modos de plantação e criação desde a chegada do agronegócio; e que, com isso, acabou todo um modo de vida. Bispo fala também do êxodo dos bichos; da chegada das usinas eólicas e solares; da modificação das correntes de vento; dos cercamentos das áreas; das mudanças ambientais; da expropriação energética; da indústria do alimento orgânico –

ora, isso que se compra no supermercado com o selo de orgânico é um produto, às vezes sem veneno, mas não é algo orgânico. Não é produzido pelo saber orgânico, não é voltado para a vida. [...] Orgânico é aquilo que todas as vidas podem acessar. O que as vidas não podem acessar não é orgânico, é mercadoria – com ou sem veneno (Santos, 2023, p. 101).

Conduzindo sua crítica até chegar às universidades: “ecologia é uma palavra utilizada pelos acadêmicos. [...] As universidades são fábricas de transformar os saberes em mercadoria e a agricultura quilombola não é mercadoria. Mas os saberes considerados válidos são aqueles que a universidade converte em mercadoria” (Santos, 2023, p. 100).

A TERRA DÁ, A TERRA QUER

De muitos modos o livro de Bispo de aproxima de discussões construídas por outros autores; como Milton Santos, Ailton Krenak, Grada Kilomba, Marie-José Mondzain, Frantz Fanon e até, em alguns aspectos, de um texto de Eugenio Zaffaroni, por exemplo. O livro de Bispo é indicado para quem se interessa por pensar temas urgentes da contemporaneidade desde um outro ponto de vista; ajuda a entender possibilidades alternativas de pensamento e de construção de outras realidades; questiona nosso conhecimento, modo de vida e existência.

A nós, juristas, interessa a leitura porque escancara uma certa formatação jurídica do mundo, universalizada como se não houvesse a possibilidade de diferença; e sobre todas as áreas do direito suscita ousados pensamentos, do civil ao penal, do ambiental ao urbanístico, das resoluções de conflitos às decisões democráticas e da própria organização social e estatal. Evidentemente que não há ali um tratado sobre estes temas, mas potentes sugestões disparadoras de pensamento crítico. Com a leitura de “A terra dá, a terra quer”, as ideias jurídicas, universalizadas, abstratas e essencialistas podem ser questionadas; com a leitura, pode-se pensar as relações entre o direito, a sociedade e a tecnologia desde a terra.

Referências

SANTOS, Antonio Bispo. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu; Piseagrama, 2023.

SANTOS, Antonio Bispo. Somos da terra. **Piseagrama**, Belo Horizonte, número 12, página 44-51, 2018.



Esta é uma RESENHA publicada em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.